

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.928 - CE (2019/0312547-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 13A VARA CRIMINAL DE FORTALEZA - CE**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DO DEPARTAMENTO DE INQUÉRITOS POLICIAIS DE SÃO PAULO - SP - DIPO 3**
INTERES. : **JUSTIÇA PÚBLICA**
INTERES. : **EM APURAÇÃO**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado entre o **JUÍZO DE DIREITO DA 13A VARA CRIMINAL DE FORTALEZA - CE**, suscitante, e o **JUÍZO DE DIREITO DO DEPARTAMENTO DE INQUÉRITOS POLICIAIS DE SÃO PAULO - SP - DIPO 3**, suscitado.

Cingem-se os autos na definição da competência para apurar a prática de suposto estelionato, ocorrido em outubro/2014, contra a vítima Ângela Quezado de Figueiredo Cavalcante. Em síntese, a vítima, residente no Estado do Ceará, foi informada por seu banco sobre um pedido de mudança de endereço para o qual seriam encaminhados cartões de crédito adicionais solicitados, com destino no Estado de São Paulo. Apurou-se, porém, que houve na verdade uma alteração fraudulenta do endereço vinculado ao cartão de crédito da vítima, em tese, praticado por Osvaldo Manoel Souza Júnior.

O Juízo de Direito do Departamento de Inquéritos Policiais de São Paulo, nos termos das manifestações da Polícia Civil e do Ministério Público local, entende que os fatos ocorreram no Estado do Ceará, ausente qualquer indício de crime em São Paulo, razão pela qual não é o competente para o processamento do feito.

Já o Juízo da 13ª Vara Criminal de Fortaleza/CE sustenta que a competência é do local onde teriam sido recebidos os produtos (cartões de crédito) e onde o suposto acusado reside, ou seja, em São Paulo/SP.

O Ministério Público Federal opinou pela não procedência do conflito.

É o relatório.

Decido.

Cumpra registrar, inicialmente, que este conflito negativo de competência deve ser conhecido, porquanto se trata de incidente estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, razão pela qual passo ao seu exame.

O art. 70 do Código de Processo Penal estabelece:

"Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução."

Na presente hipótese, apura-se a eventual prática do delito de estelionato tentado.

Em suma, há indícios de que o suspeito, Osvaldo Manoel Souza Júnior, tenha,

Superior Tribunal de Justiça

de forma fraudulenta, alterado o endereço residencial vinculado ao cartão de crédito pertencente à vítima Ângela Quezado de Figueiredo Cavalcante, para que os novos cartões solicitados chegassem ao novo endereço cadastrado, em São Paulo/SP, e não ao endereço da vítima, em Fortaleza/CE. Ocorre que, o banco informou à proprietária sobre o pedido de alteração e, assim, a fraude foi descoberta.

A respeito, destaca-se o seguinte excerto da decisão do Juízo suscitante:

" No presente caderno investigativo, apurou-se que o noticiado é suspeito de ter alterado fraudulentamente o endereço vinculado ao cartão de crédito vinculado à Caixa Econômica Federal, bandeira Mastercard, nº 5488.26.05.4579.1641, em nome de Ângela Quezado de Fieuriado Cavalcante, para a Rua Arnaldo Valladir Portilho, nº 45, bairro Penah da França, São Paulo/SP.

Registre-se que naquela Delegacia, ao contrário do sustentado pela autoridade policial, colheram-se indícios contundentes de autoria e material para prosseguir as investigações, como o possível endereço do acusado e seu perfil nas redes sociais, tudo vinculado à comarca de São Paulo/SP." (e-STJ, fl. 86).

Nesse sentido, tratando-se de delito tentado, a competência é firmada pelo lugar em que tiver ocorrido o último ato de execução, conforme disciplina art. 70, *caput*, Código de Processo Penal. A propósito, confira-se:

"PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. 1. JUÍZO DE DIREITO DO MS X JUÍZO DE DIREITO DE GO. GOLPE DO SEGURO. ESTELIONATO TENTADO. COMPETÊNCIA DO LOCAL EM QUE PRATICADO O ÚLTIMO ATO DE EXECUÇÃO. ART. 70, CAPUT, DO CPP. 2. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA RECONHECER A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE CAMPO GRANDE/MS, O SUSCITANTE.

1. Trata-se de crime de estelionato na forma tentada. Acaso o delito tivesse se consumado, a competência seria definida pelo lugar onde ocorrido o resultado - recebimento da vantagem indevida. **No entanto, tratando-se de crime tentado, a competência é firmada pelo lugar em que tiver ocorrido o último ato de execução, conforme disciplina art. 70, caput, Código de Processo Penal.** Pelo contexto fático apresentado, verifica-se que o primeiro ato de execução se deu no Estado do Goiás, com o aluguel do carro, e o último ocorreu no Estado do Mato Grosso do Sul, local em que foi descoberto o intuito criminoso, não tendo o "golpe do seguro" se consumado por circunstâncias alheias à vontade dos agentes.

2. Conflito conhecido para reconhecer a competência do Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal de Campo Grande/MS, o suscitante.

(CC 121.775/MS, Rel. Ministro WALTER DE ALMEIDA GUILHERME (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/10/2014, DJe 30/10/2014, grifou-se)"

Superior Tribunal de Justiça

No caso em apreço, o local do último ato diz respeito à solicitação fraudulenta enviada pelo acusado e, do que se tem notícias, o pedido partiu da cidade de São Paulo.

Assim, considerando que os cartões de crédito foram solicitados em São Paulo e seriam encaminhados para a mesma cidade, bem como que o endereço do suspeito de alterar fraudulentamente as informações do cadastro da vítima é vinculado à capital paulista, é competente para julgar o caso, a priori, o Juízo de Direito do Departamento de Inquéritos Policiais de São Paulo.

Ante o exposto, **conheço** do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito do Departamento de Inquéritos Policiais de São Paulo - SP - DIPO 3, ora suscitado.

Comunique-se. Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal e, oportunamente, encaminhem-se os autos ao Juízo competente.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator